



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE
Estado de Mato Grosso do Sul
CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE – CMMA

5 Ata da 350ª Sessão Ordinária/CMMA, que foi realizada virtualmente, tendo
em vista o sistema de isolamento devido à pandemia causada pelo novo
coronavírus (COVID 19) e, e segundo o estabelecido no art. 13, inciso I do
Decreto n. 14.195, de março de 2020, foi adotado como medida para proteger
a população. A reunião teve a seguinte pauta: Expediente: **1. Aprovação da**
10 **Ata da 348ª e da Ata da 349ª Sessões Ordinárias. 2. Campanha Lote Limpo. –**
Comitê Municipal de Combate aos Incêndios Florestais (CMIF). 3. A
questão da relação entre as araras e os tocos de palmeiras. – **Gisseli Ramalho**
Giraldelli dos Santos/Semadur. 4. Apresentação do Demonstrativo do
FMMA com as despesas/pagamentos/destinatários dos pagamentos. –
15 **Conselheira Gisseli Ramalho Girardelli dos Santos/Semadur. 5.**
Atualização das Câmaras Técnicas Permanentes do CMMA. – **Presidente,**
Conselheira Rosângela Maria Rocha Gimenes. 6. Lançamento do vídeo
do CMMA elaborado pela Planurb. – **Victor Azevedo Faria, Técnico da**
Planurb. 7. Informes Gerais. 8. Outros assuntos. Correspondências
20 **recebidas: 1. Of. N. 1.162/SUFGA/Semadur, recebido em 28 de abril de**
2021, encaminhando a relação dos pedidos de licenciamento ambiental,
relativos aos meses de fevereiro e março/2021. **2. Ofício do presidente do**
Bairro Cabreúva, senhor Antônio Carlos Martins Filho, com cópia do abaixo
assinado encaminhado à empresa Águas Guariroba, que solicita a ampliação
25 do esgotamento sanitário na Rua dos Ferroviários, Bairro Cabreúva, visto que
há anos sofre com alagamentos no período das chuvas. **3. Processo n.**
74024/2020-59, Vol.1, encaminhado pela Semadur, da Empresa CR MIX
Serviço e Concretagem EIRELI. **4. Processo n. 77079/2015-90, Vol. 2,**
encaminhado pela Semadur, da Empresa Metal Indústria Metalúrgica Ltda.
30 **Correspondências enviadas: 1. Of. N. 04, encaminhado ao senhor**
Prefeito, solicitando celeridade na regulamentação da TRA e outras matérias
do Plano Diretor de Campo Grande/MS, tendo em vista que este entrou em
vigor em 2019. **2. Of. N. 04, encaminhado ao Presidente da Câmara Municipal**
de Campo Grande/MS, solicitando celeridade na regulamentação da TRA e
35 outras matérias do Plano Diretor de Campo Grande/MS, tendo em vista que
este entrou em vigor em 2019.

Aos treze dias do mês de maio de dois mil e vinte e um, às oito horas e trinta minutos, reuniram-se, virtualmente, os membros deste Conselho, sob a
40 **Presidência da conselheira Rosângela Maria Rocha Gimenes, com o apoio logístico da equipe da Agência Municipal de Meio Ambiente e Planejamento Urbano (Planurb) e com o apoio técnico desta assessora da AAOC, Maria Bernardete Durante.** Estavam presentes os (as) conselheiros (as): Allan Rios Bezerra, (SEDESC), Ivan Pedro Martins (Agereg), Mariana
45 Massud Corrêa de Souza Arruda (Planurb), Gisselli Ramalho Girdelli dos Santos (Semadur); Thalita Farias Duarte (Sesau), Ariel Serra e João Gomes de Oliveira Neto (Sisep); Leonardo Sampaio Costa (Imasul); Neiva Maria Guedes (Instituto Arara Azul); Adelita Casanova da Rosa Pereira/ESA/OAB/MS, Gustavo Graciolli e Rudi Ricardo Laps (UFMS),
50 Rosângela Maria Rocha Gimenes e Sandra Marize Rosa Marques (OAB/MS); Benjamin Duarte e Gabriel Freitas Schardong (ASEF); Cátia Hiroko Yamasaki e Geraldo Campos Bernardes Mura (Sinduscon/MS); Rodolfo Vaz de Carvalho e Airton Rui Cicereli Fernandes (Sindicato Rural), Peter James Richardson (Secovi). Justificaram a ausência: Neila Janes Viana Vieira
55 (Segov), Valéria Garcia Gabas/Secovi. Estavam presentes os técnicos da Planurb: Victor Azevedo Faria, Gabriela Lazari, Natani Correa Godoy Jallad, e Mariana Godoy, além da assessora Tilma Gonçalves da AAOC. Constatado o quórum, **a Presidente, conselheira Rosângela,** instaurou a 350ª Sessão Ordinária, cumprimentando e dando boas-vindas a todos. Em seguida leu a
60 pauta do dia, bem como a relação das correspondências recebidas e expedidas. Ao fim da leitura das correspondências, a **conselheira Mariana** informou que o ofício do Bairro Cabreúva também fora recebido pela Planurb com a mesma solicitação. A Planurb enviou um ofício à Agereg para verificar a questão, informando que esta ficou de estudar a possibilidade de ampliação naquela
65 área e avisar a Planurb do que poderia ser feito. Apontou também, que foi enviado ao CMMA o ofício n. 05, da APA do Ceroula/Planurb, em 19 de abril de 2021, no qual reiterava a solicitação de recursos do FMMA para a colocação de placas informativas nas APAs, especialmente na APA do Ceroula. Diante desta colocação, a **conselheira Gisseli** informou que havia a previsão na Proposta Orçamentária do Fundo aprovada para essa atividade e,
70 que bastava encaminhar o Projeto com o estudo técnico, para enviar para a licitação. Quanto aos dois Processos recebidos pelo CMMA, a **conselheira Gisseli** explicou que se tratavam de indeferimento de pedidos de licença ambiental. O **conselheiro Allan Rios Bezerra/Sedesc** prontificou-se a
75 analisar e emitir Parecer referente ao **Processo 77079/2015-90, da Empresa Metal Indústria Metalúrgica Ltda. EPP, Licença de Operação.** Da mesma forma, o **conselheiro Rudi Ricardo Laps/UFMS** analisaria e emitiria o Parecer sobre o **Processo n. 74024/2020-59, Vol. 1, da Empresa CR MIX Serviço e Concretagem EIRELI.** De pronto, a **conselheira Gisseli** ofereceu
80 assessoria técnica aos pares, que pela primeira vez analisariam um Processo de pedido de licenciamento ambiental. A **Presidente, conselheira Rosângela,** acrescentou que os conselheiros podiam contar com a sua ajuda e apoio, bem

como de outros conselheiros mais experientes do Conselho. A seguir, a **Presidente, conselheira Rosângela**, submeteu a Ata da 348ª e da 349ª Sessões Ordinárias, de fevereiro e abril, respectivamente, as quais foram enviadas, previamente, para apreciação de todos os membros do Conselho. Consultou a plenária se havia alguma colocação acerca das mesmas, não havendo nenhuma manifestação em contrário, as Atas das 348ª e 349ª Sessões Ordinárias foram aprovadas por unanimidade. Na sequência, a **Presidente** anunciou o seguinte item da pauta “Campanha Lote Limpo. – **Comitê Municipal de Combate aos Incêndios Florestais (COMIF)**”, **Mariana Godoy/Técnica da Planurb**, a qual apresentou em tela a **Campanha Lote Limpo**, cujo slogan era “*Terreno Limpo - Cidade Limpa*” elaborada pelo COMIF. Relatou que este Comitê elaborava anualmente a **Campanha Agosto Alaranjado** com o intuito de prevenir e combater as queimadas no Município de Campo Grande. Discorreu sobre os assuntos ponderados pelos Membros durante as reuniões, bem como sobre os levantamentos de dados desenvolvidos pelo Comitê, que resultaram na elaboração da Campanha, a fim de evitar os picos de queimadas que ocorriam durante o mês de agosto, mês de desenvolvimento da Campanha “Diga Não às Queimadas Urbanas” pelo COMIF. Apresentou os materiais elaborados e as ações para desenvolver a Campanha, inclusive a divulgação na mídia. De pronto, a **conselheira Gisseli** parabenizou a equipe da Planurb, sob a coordenação da conselheira Mariana Massud, pela criatividade em se reinventar, e produzir tantos materiais interessantes. Disse que a Semadur possuía um assento no COMIF, mas que a mesma estava enfrentando muitos problemas com supressão de árvores nativas. Sugeriu que a Campanha incluísse orientações para esclarecer a população de que para limpar os terrenos as pessoas não precisavam suprimir a vegetação nativa e de porte arbóreo, colocando a equipe da Semadur à disposição para ajudar na divulgação e esclarecimentos à população. Continuando, o **conselheiro Rodolfo** informou que neste dia estava sendo lançada a Campanha de Combate aos Incêndios/2021, do Comitê do Fogo de MS para o Pantanal, e sugeriu que na próxima reunião do CMMA fosse aberto um espaço para o Coronel Moreira, que foi um dos grandes artífices na luta contra os incêndios no Pantanal nas últimas décadas, para uma breve apresentação sobre como foi o enfrentamento no Pantanal e como se aplicaria isso na nossa região. A **Presidente, conselheira Rosângela**, concordou plenamente com a sugestão e solicitou a esta assessora o agendamento para a pauta da próxima Sessão. Passou a palavra ao **conselheiro Gustavo** que questionou se haviam peças publicitárias dessa divulgação que passariam na televisão. Para esclarecimento das questões colocadas, a **conselheira Mariana** inicialmente se dirigindo à conselheira Gisseli agradeceu pela contribuição e respondeu que já havia um trabalho sobre arborização, mas que, especificamente, sobre a sua sugestão não havia nenhum material, mas que seria incluída na programação. Em relação ao apontamento e sugestão do conselheiro Rodolfo, expressando que foi um grande parceiro quando participou do PREVFOGO, informou ao mesmo que este Programa ainda

estava ativo e que, neste momento, havia uma representante da Planurb na reunião que estava ocorrendo. Quanto aos questionamentos referentes à
130 divulgação da Campanha na TV aberta, informou que não havia previsão de divulgação por meio desses canais, mas pontuou que sempre trabalhavam com divulgação nas rádios. Acrescentou, ainda, que neste tempo de pandemia, vinham trabalhando com a TV REME (Rede Municipal de Ensino), além de estar em tratativa para colocar na TV da Rede Estadual de Ensino do Estado
135 de MS. Referente aos materiais apresentados, informou que os mesmos seriam encaminhados por e-mail à Assessoria deste colegiado, para que esta repassasse para todos os conselheiros as informações. O **conselheiro Rodolfo** reforçou que seria muito interessante mesmo divulgar na televisão e que, se o Município não tivesse recursos para isso, o Comitê poderia fazer uma visita às emissoras de TV de Campo Grande buscando uma parceria para isso. Dando continuidade à pauta, a **Presidente, conselheira Rosângela**, convidou a **conselheira Gisseli** para relatar o terceiro item da pauta: “*A questão da relação entre as araras e os tocos de palmeiras*”. A **conselheira Gisseli** confessou que já havia conversado com a conselheira Neiva, Presidente do
145 Instituto Arara Azul, mas resolveu trazer o assunto para o conhecimento da plenária deste Conselho, visando receber contribuições. Expôs que a Semadur estava recebendo denúncias de que moradores estavam cobrindo os ocos de palmeiras em frente ou próximo às suas residências, para evitar que araras fizessem ninhos ali. Colocou que apesar de não ser competência da Semadur a fiscalização a este respeito, não podiam deixar de buscar alternativas para a
150 matéria. Assim, pediu o posicionamento da **conselheira Neiva**, para receberem orientações com o intuito de repassarem à população. A **conselheira Neiva** expressou que esta situação também chegara ao Instituto, porque tudo que se relacionasse às araras reverberava no Instituto. Explicou que o Instituto Arara Azul, fazia pesquisas e monitoramento das araras no Município, tendo, inclusive, dois trabalhos publicados, sendo que um foi publicado recentemente sobre “Como as pessoas veem essas aves na cidade”. Um dos trabalhos foi de uma Mestranda da UNIDERP, a qual apontou que 93% da população de Campo Grande amava ter as araras e as maracanãs por
160 perto, mas precisava ser considerado que 7% das pessoas não gostavam de tê-las por perto, por causa do barulho, pela sujeira que fazem. Portanto, enquanto Instituto, discutiam a necessidade de encontrar alternativas para conciliar a situação. Contou que uma moradora em cuja residência havia dois ninhos ativos até o ano passado, estava solicitando a retirada das palmeiras de lá.
165 Argumentou que a biodiversidade existia na sua essência e não para o bel prazer dos humanos, sendo assim, todos os seres vivos tinham direito ao seu espaço. Sugeriu que as pessoas que estavam cobrindo essas palmeiras fossem ouvidas, porque em alguns locais estavam usando plástico, que se fossem bicados pelas araras poderia trazer consequências maiores. Talvez essas palmeiras pudessem ser transplantadas em outro lugar, porque sendo as araras muito inteligentes, procurariam aqueles ninhos onde procriaram no ano anterior. E talvez aquelas pessoas que se sentiam incomodadas poderiam arcar

com as despesas do transplante. Disse que os troncos de palmeiras mortas durariam no máximo cinco ou seis anos. Contudo, se fazia necessário entender aquelas pessoas que não gostavam do barulho, pois poderia ser uma pessoa idosa, que realmente se sentia incomodada, enfim, precisavam de sugestões, buscar alternativas para solucionar essa problemática. A **conselheira Rosângela** manifestou-se surpresa em saber que 7% da população campograndense não gostava de araras, considerando um número muito grande de pessoas. Concordou com a conselheira Gisseli em trazer este assunto para o Conselho, porque se esta proposta tinha que sair da sociedade, era neste Conselho que a sociedade organizada estava representada. A seguir, o **conselheiro Rudi** elogiou o trabalho do Instituto Arara Azul, considerando-o fantástico. Apontou que a existência dessas araras era um diferencial da nossa cidade, onde residia há pouco tempo, e que ainda não havia se acostumado com as araras passando em cima de sua casa gritando. Comunicou que percebera que, em dois locais diferentes, havia umas placas de metais com desenhos de araras, em palmeiras onde foram construídos ninhos de araras. Inquiriu se seria para atrair ou espantar as araras naquele lugar. De pronto, a **conselheira Neiva** contou que recebeu fotos desses locais, mas que as pessoas que mandaram não se identificaram, tampouco entraram em contado com o Instituto. Alegou que também não sabia dizer qual foi a intenção de quem colocou as placas lá. Porém, se queriam atrair, não foi uma boa ideia, mas que entrariam em contato com essas pessoas. O **conselheiro Rodolfo** contou que em sua infância era fã da Mônica, do Cebolinha, e que agora era fã da Doutora Neiva, que também se tornara uma personagem da Turma da Mônica. Quanto ao assunto em tela, referendou a colocação da Presidente, quando disse que os membros deste Conselho, que representavam a sociedade organizada podiam fazer um trabalho de informação em prol desta situação, ainda mais quando tinham o privilégio de contar com as brilhantes conselheiras Neiva e Elisa neste plenário. Expôs que podiam coletar material produzido pelo Instituto Arara Azul para que pudessem replicá-los de diversas formas dentro de suas instituições e em seus círculos de amizades, frisando que, em tempo de pandemia, o modo virtual seria o mais indicado. Por outro lado, sugeriu, que a Semadur, a Planurb, a Educação, tanto do Município como do Estado, tivessem esse material à mão para pudessem colocar nas salas de aula, para entendimento e sensibilização das pessoas, o que levaria à conscientização. Afirmou que se sentia otimista, pois acreditava que entre os 7%, existia muitos que diziam não gostar das araras por desinformação ou por ter uma pessoa enferma em casa. O **conselheiro João Neto** garantiu que iria verificar com as equipes de serviço na Sisep, o que poderia ser feito para colaborar com o transplante dessa palmeira. Da mesma forma, a **conselheira Gisseli** também colocou a equipe da Semadur à disposição para verificar a parte legal e estudar maneiras compensatórias para aplicar nesses casos. Lembrou que, oficialmente agora, Campo Grande era a “Capital das Araras”. A **conselheira Neiva** agradeceu e disse que iria compartilhar a pesquisa, porque como foi dito, o conhecimento leva ao entendimento. A **conselheira Mariana Massud**

pontuou que achou muito pertinente as sugestões do conselheiro Rodolfo, que propôs que a Planurb fizesse ponte com a Educação, e que, rapidamente, iria providenciar esta ação, buscando materiais produzidos pelo Instituto e levando à SED e à SEMED, para serem disseminados nas escolas. Nesse momento, a **conselheira Gisseli**, relatou que participara de uma reunião com Arbor Day Foundation onde foi informada que Campo Grande/MS foi convidada para ser uma liderança na Rede *Tree City of the World*, na esfera da temática da biodiversidade. Contou que a conversa foi muito interessante porque a representante da *Arbor Day Foundation*, Lana Tucker, que mora em Nebraska, relatou que nunca ouvira falar em Campo Grande, pois quando se falava em Brasil, lembrava do Rio de Janeiro, Manaus e Bonito. Contudo, observando as imagens que recebera de Campo Grande ficou muito impressionada e concluiu que seria uma ótima candidata para liderança, no quesito biodiversidade dentro da *Rede Tree Cities of the World*. Disse que o termo “arborização urbana” estava sendo substituído por “florestas urbanas”, cujo termo era associado às árvores, mas que floresta urbanas não estaria relacionado somente a árvores, era todo o complexo de vida existente. Portanto, a existência de uma cidade na mata, como era considerada Campo Grande, estava sendo vista e reconhecida como a **vocação da cidade**, a **biodiversidade**, que muito orgulhava aos campo-grandenses e que incentivava o trabalho dos técnicos e promovia o engajamento de todos. Antes de prosseguir com a pauta, a **Presidente, conselheira Rosângela**, passou a palavra ao conselheiro Leonardo para falar sobre as queimadas e sobre a estiagem deste ano. O **conselheiro Leonardo** informou que havia sido publicado um Decreto Estadual sobre a crise hídrica que estava prevista para 2021. Assim, seria deflagrada uma Campanha para o uso racional da água, tendo em vista, que as chuvas foram abaixo da média nesses últimos meses, não somente na região do Pantanal, que desde 2019 vinham percebendo essa situação, mas neste ano também a Bacia do Paraná estava demonstrando estiagem. Alertou que a tendência para os próximos três meses era de chuvas abaixo da média, neste período em que Mato Grosso do Sul já apresentava pouca chuva. Sugeriu que quando o Coronel Moreira viesse ao Conselho, fossem convidados alguns técnicos do Imasul para exporem, tecnicamente, esta questão. Retomando, a **Presidente, conselheira Rosângela**, convidou a **conselheira Gisseli** para discorrer sobre o próximo item da pauta “*Apresentação do Demonstrativo do FMMA com as despesas/pagamentos/destinatários dos pagamentos*”. A **conselheira Gisseli** disse que, como foi prometido na sessão anterior, elaborou, junto com a técnica Grazielli, do Setor Financeiro, um demonstrativo mais simples, para melhor entendimento de todos. E, assim como foi sugerido pelo conselheiro Benjamin, acrescentou uma linha para demonstrar o que foi gasto em cada eixo, com o que fora aprovado na Proposta Orçamentária. Apontou que elaboraram, também, uma planilha para colocar para apreciação dos pares. Assim, foi explicando cada item dos Demonstrativos apresentados em tela, um resumido, onde apareciam somente os pagamentos realizados, e outro mais

completo, com número do Processo, o CNPJ ou CPF, o nome do recebedor do pagamento, a descrição, o que foi acompanhado por todos. Destacou que o maior número de pagamentos estava relacionado aos Contratos de PSA, na APA do Guariroba, no eixo de Unidades de Conservação Ambiental. Outros valores significativos foram o pagamento para revisão da Carta Geotécnica, que entrou no eixo de Melhorias de Gestão Ambiental, e no item Educação Ambiental, o qual se refere aos estudos para elaboração e revisão dos Planos de Manejo das APAs. E por fim, a destinação de um crédito ao Município de Campo Grande, com valor bem significativo, relacionado a uma Emenda Constitucional, que determinava que 30% da arrecadação dos Fundos deviam ser destinados à Fonte 01, totalizando uma execução do valor de três milhões, seiscentos e vinte e três mil, oitocentos e vinte e oito reais e dezesseis centavos de despesas de 2020, cobertas com recursos do FMMA. Apresentou também um comparativo entre a Proposta Orçamentária e os recursos executados, explicando que não possuía o saldo do início do ano e o saldo no final, uma vez que era a Sefin que fazia a movimentação da conta bancária. Nesse momento, o **conselheiro Peter** elogiou e agradeceu muito a equipe atual da Semadur, pois pela primeira vez o Conselho estava recebendo as explicações de forma tão clara e compreensível. Contudo, sugeriu que representantes deste pleno pudessem participar do PPA Municipal, porque ainda esbarravam na Sefin, para obter mais informações. Analisou que quando eram repassados 30% do da arrecadação do Fundo à Sefin, o CMMA precisava saber o quanto era o saldo, quanto foi repassado e no que foi aplicado. Apontou que, na planilha, aparecia a metade do valor, dos recursos aplicados nas ações de meio ambiente e a outra metade foi destinada à Sefin. Então, precisavam saber os saldos, anterior e final, para entender estes valores expressos. Considerou que o Conselho já havia conseguido uma grande evolução, no sentido de atendimento às suas reivindicações, porém, precisava avançar um pouco mais para conseguir completar as informações da Sefin. Concordando com o conselheiro Peter, o **conselheiro Rodolfo** disse que era louvável o trabalho da equipe da Semadur, porque estavam vendo se materializar algo que há muitos anos reivindicavam e ficavam sempre na desinformação. Alegou que este trabalho se devia muito ao bom relacionamento da equipe da Semadur com a Sefin, que era coordenada pelo Secretário Pedro Pedrossian Neto, que era muito competente e acessível. Sugeriu enviar-lhe um ofício de agradecimento deste colegiado e convidá-lo para participar de uma reunião, onde poderiam, entre outros itens, sugerir que os 30% do repasse dos recursos do Fundo à fonte 01, pudesse ser aplicado em benefício do meio ambiente, direta ou indiretamente. O **conselheiro Peter** elaborou algumas sugestões para a Proposta Orçamentária, visando simplificar a sua apresentação e atingir a compreensão de todos. Na sequência, a **conselheira Gisseli** agradeceu os elogios, mas explicou que era uma equipe inteira que se propunha a exercer bem as suas obrigações. Asseverou que levaria todas as sugestões e procuraria melhorar sempre mais, para que os documentos fossem mais claros e facilitassem a compreensão. Discorreu explicando alguns remanejamentos

que ocorreram na Proposta Orçamentária e, ainda, sobre as atividades que estavam em andamento. A **conselheira Rosângela** lembrou ao pleno que até

310 há uns quatro anos a Proposta Orçamentária era bem mais detalhada e, depois por sugestão do conselheiro Ivan Pedro passou a ser apresentada por eixos, visando ficar mais compatível com a maneira que a Sefin executava os recursos do Fundo. A seguir, o **conselheiro Geraldo** sugeriu à conselheira Gisseli a participação da advogada da PGM, doutora Cátia, com a qual tem

315 bom relacionamento e acreditava que a mesma poderia ajudar nas questões de licitação. A **conselheira Gisseli** agradeceu, porém afirmou que o que precisava mesmo era o estudo técnico. Na sequência, o **conselheiro Airton Rui** enalteceu o trabalho da Semadur e acrescentou que o PSA continuaria na APA do Guariroba de forma crescente, pois estava havendo outras adesões de proprietários daquela região. Disse que aquela Bacia ofereceu 60% da água para Campo Grande, mas hoje fornecia apenas 40%, contudo, existia estudos que demonstravam que possuía potencial para oferecer o dobro da capacidade atual, sem nenhum prejuízo ao lago. Complementando, o **conselheiro Rodolfo** destacou que o Programa de Pagamento por Serviços Ambientais realizado na APA do Guariroba era modelo internacional e que as discussões iniciaram no Sindicato Rural de Campo Grande, no tempo do saudoso Presidente Kenneth Coelho, quando foi desenvolvido um trabalho muito extenso, difícil, com muitas consultorias, inclusive do Senhor Ramão Jardim, que por vários anos foi conselheiro e presidente deste Conselho. Disse que desejava que este trabalho continuasse sempre demanda da sociedade, ensejando que as pessoas fossem incluídas, cobradas e ajudadas quando o serviço era perfeito. Por fim, sugeriu que esse Programa de incentivo à preservação fosse estendido às demais APAs do Município. Com o intuito de esclarecer, a **Presidente, conselheira Rosângela, como coordenadora da**

325 **Câmara Técnica de Acompanhando do FMMA**, disse que esta Câmara Técnica continuaria a acompanhar as operações do Fundo, não somente quando chegassem os documentos ao Conselho, mas no decorrer do ano quando havia muitas interações com a Semadur, para conhecer as aplicações dos recursos do Fundo, porém insistiu que para que houvesse mais detalhamentos, precisava haver ainda maior interação com a Sefin. Apontou que estava de pleno acordo em convidar o Secretário Municipal Pedro Pedrossian Neto para participar de uma das próximas sessões do Conselho, não para falar de números, mas para que o pleno conseguisse colocar de forma simples e clara as suas necessidades, para entender melhor a dinâmica do

340 FMMA. Lembrou que na próxima sessão não tratariam deste assunto, pois o Conselho já teria recebido a Proposta Orçamentária para o FMMA e esta precisaria ser analisada, com prazo estabelecido para o envio à Câmara Municipal. Asseverou ainda, que poderiam adotar de forma efetiva a aprovação dos Projetos que utilizariam recursos do Fundo, antes de serem encaminhados para a licitação, como fora sugerido pelo conselheiro Ivan Pedro há algum tempo. Prosseguindo com a pauta, a **Presidente, conselheira Rosângela**, alertou que já havia pedido que os pares se pronunciassem no chat

345

350

para expressar o seu interesse em participar das Câmaras Técnicas Permanentes do CMMA. Pronunciou então, o próximo item da pauta

355 “*Atualização das Câmaras Técnicas Permanentes do CMMA*”, visando atender a manifestação de todos. Solicitou a esta Assessora Técnica que procedesse à leitura de cada Câmara Técnica e seus componentes, relação esta já atualizada com os pedidos de remanejamento e composição, quando foram

360 feitos ainda alguns ajustes finais. Ficou consignado que a nova relação seria atualizada e encaminhada a todos, por e-mail. Na sequência, a **Presidente** pediu ao Técnico da Planurb, **Victor Azevedo Faria**, para apresentar o Lançamento do vídeo do CMMA, elaborado pela Planurb, porém, antes da apresentação a **conselheira Mariana Massud** fez uso da palavra para comunicar que a Planurb estava trabalhando bastante com atividades de

365 Educação Ambiental de forma virtual, com o intuito de repassar informações à população, tendo em vista a pandemia, que impossibilitava ir às escolas e outros locais. Contudo, informou que estavam desenvolvendo algumas atividades presenciais, como o evento da “Funsat Itinerante”. Referente ao item da pauta, informou que neste mês o tema que estavam trabalhando era os

370 colegiados, e que hoje trouxeram para a plenária o vídeo elaborado para divulgar o CMMA. Na sequência, foi apresentado o vídeo, que ao final foi muito elogiado por todos, parabenizando toda a equipe da Planurb. Vencida a pauta, mas antes de encerrar a reunião, a **Presidente, conselheira Rosângela**, informou que estava recebendo denúncias no IMASUL, através da Polícia Militar Ambiental (PMA) e da Delegacia de Crimes Ambientais (DECAT), relativas à guarda de animais domésticos apreendidos em crimes ambientais. Contou que recebera ligações que questionavam o que fazer sobre rinha de galos, com vinte e quatro galos, e que o CCZ não quis receber, que o CRAS não podia receber porque atendia animais silvestres. Alertou que essa

380 demanda chegaria ao CMMA para que houvesse algum encaminhamento junto com Poder Público e a Câmara Municipal com relação a isso. Solicitou aos pares que eram biólogos ou que trabalhavam na área animal, para pensarem em alternativas para essa questão. Em seguida, o **conselheiro Peter** lembrou que havia a sugestão de alteração do Regimento Interno do CMMA, para revisar alguns itens, para adaptá-lo à Lei 140, e, inclusive para estudar a proposição da conselheira Gisseli, para que o Conselho pudesse deliberar sobre algumas questões no âmbito ambiental. Apontou que quando a Câmara Técnica iniciava os estudos, o Conselho entrou no processo de eleições para o novo mandato e este trabalho ficou, então, para a próxima gestão. Por fim, o

390 **conselheiro Rodolfo** agradeceu e elogiou a condução sempre brilhante da Presidente, com a assessoria desta Assessora Técnica. A **Presidente, conselheira Rosângela**, agradeceu ao conselheiro Rodolfo e a presença de todos, manifestando que sempre era muito bom reunir com este colegiado, mesmo que de forma virtual, cidadãos que estavam à disposição da sociedade com o objetivo de melhorar sempre mais o meio ambiente de nossa cidade. Desejando muita saúde a todos, declarou encerrada a presente sessão, e eu, Maria Bernardete Durante Secretária “*ad hoc*”, lavrei a presente ata que será

395

lida e aprovada em Sessão Ordinária, e, após, assinada pela **Presidente do Conselho de Meio Ambiente (CMMA), conselheira Rosângela Maria da Rocha Gimenes e pelo Secretário-Executivo deste Conselho, conselheiro Luis Eduardo Costa**. Campo Grande/MS, 13 de maio de 2021.

Luis Eduardo Costa
Secretário-Executivo/CMMA

Rosângela Maria Rocha Gimenes
Presidente do CMMA